

# Moçambique e África do Sul querem reforçar cooperação no combate à caça furtiva

7 de Março, 2016

Moçambique e África do Sul querem reforçar a cooperação no combate à caça furtiva nas zonas fronteiriças, envolvendo as populações locais em ações de conservação da biodiversidade, anunciaram hoje em Maputo fontes oficiais. “O nosso objetivo é agora sensibilizar e capacitar todos os outros atores que estão envolvidos neste processo, por exemplo, as populações locais”, disse o coordenador de Áreas de Conservação Transfronteiriça de Moçambique, Afonso Madope, à margem de uma reunião para avaliação do memorando de preservação da biodiversidade assinado entre os dois países em 2014, citado pela Lusa.

Assinalando a existência de “significativos progressos” no combate à caça furtiva nos dois países, Afonso Madope fez um balanço positivo do memorando assinado em abril de 2014, considerando que o desafio reside na mobilização conjunta de recursos, como forma de assegurar a continuidade das ações de conservação já iniciadas. “Nós queremos também a participação dos jovens nestas ações de combate a este crime”, afirmou Afonso Madope, acrescentando que o Governo moçambicano tem estado a desenhar estratégias para incentivar as comunidades locais a prestarem atenção à proteção destes recursos, através da implementação de projetos de desenvolvimento rural.

Um dos pontos mais afetados pelas ações dos caçadores ilegais em Moçambique é o Parque Nacional do Limpopo, que faz fronteira com os parques Kruger, na África do Sul, e Gonarezhou, no Zimbabué. Como forma de combater a ação dos caçadores furtivos no Limpopo, prosseguiu Afonso Madope, as autoridades dos dois países estão a levar a cabo ações de patrulhamento conjunto ao longo da linha de fronteira entre Moçambique e África do Sul, uma iniciativa que, segundo o coordenador de Áreas de Conservação Transfronteiriça moçambicano, reduziu consideravelmente a matança de animais.

“A avaliação feita desta parceria até agora é positiva”, reiterou Afonso Madope, sem avançar dados sobre a redução dos casos de caça furtiva no território moçambicano.

Por sua vez, Rose Masela, do departamento dos assuntos ambientais da Unidade de Gestão de Informação Nacional da Vida Selvagem da África do Sul, disse que é importante elevar o nível de cooperação entre os dois países na conservação da biodiversidade, considerando que a troca de experiências é elementar. “A conservação ambiental está na agenda dos dois governos e entendemos que o maior desafio agora é mobilizar e consciencializar todos os departamentos dos nossos governos para se unirem contra este crime”, declarou Rose Masela.

De acordo com o ministro da Terra, Ambiente e Desenvolvimento Rural, Celso Correia, falando por ocasião do Dia Internacional da Fauna Bravia na semana passada, mais de 300 pessoas foram presas por caça furtiva no ano passado em

Moçambique e o país perdeu 50% da sua população de elefantes nas últimas duas décadas.

As reservas em Tete, no centro de Moçambique, e Niassa, no norte do país, são apontadas como as mais vulneráveis às ações de caçadores furtivos, devido à inexistência de um sistema de fiscalização mais eficiente.

Segundo um relatório do Fundo Mundial para a Natureza (WWF, na sigla em inglês), entre 2006 e 2012, cerca de 4.000 rinocerontes foram caçados ilegalmente em 11 países africanos.

Cerca de 95% destes casos, informa o relatório, tiveram lugar na África do Sul e no Zimbabué, países que fazem fronteira com Moçambique e são considerados como centro da caça furtiva na África Austral.

Dados oficiais divulgados hoje à imprensa pelos representantes da parte sul-africana indicam que os caçadores furtivos mataram 1.215 rinocerontes em 2014 naquele país, contra 1.175 de 2015, uma redução de quarenta.

O aumento de casos de matança de rinocerontes pode ser explicado pela crescente procura dos seus chifres no mercado asiático, por causa das suas alegadas propriedades medicinais.

Existem cerca de 20 mil rinocerontes na África do Sul, que representam 80% da população mundial desta espécie.